



CÓD: OP-080ST-22  
7908403527717

# TRT-BA

ENSINO MÉDIO: TÉCNICO JUDICIÁRIO  
ÁREA ADMINISTRATIVA, TÉCNICO JUDICIÁRIO  
ÁREA APOIO ESPECIALIZADO, TÉCNICO JUDICIÁRIO  
ÁREA ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADES

450 Questões

**GABARITANDO**

**Questões Gabaritadas:**

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Direito do Trabalho .....	43
3. Administração Pública.....	59
4. Legislação.....	73
5. Raciocínio Lógico - Matemático .....	89
6. Direito Constitucional.....	103
7. Direito Administrativo.....	121

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 1. FCC - AssGP (Pref Recife)/Pref Recife/2019

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Todas as palavras estão grafadas corretamente em.

- (A) Talvez restem poucas reminiscências no imaginário coletivo dos males de algumas doenças evitadas pela vacinação.
- (B) Os médicos reivindicam uma maior aderência dos pacientes às campanhas esclarecedoras sobre a vacinação.
- (C) O medo de que as vacinas façam mau às crianças tem levado o Ministério da Saúde a rever suas estratégias.
- (D) A ignorância quanto aos riscos das vacinas se estende das camadas mais pobres às mais abastadas da população.
- (E) O ideal é que os responsáveis vacinem seus filhos espontaneamente, visando protegê-los e colaborando com o coletivo.

### 2. FCC - Ap (SABESP)/SABESP/Assistente Administrativo/2019

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Todos os vocábulos estão grafados corretamente em.

- (A) Jornalista renomado, Ruy Castro já produziu textos para diversos veículos da imprensa brasileira.
- (B) Além de jornalista, Ruy Castro é ezímio biógrafo. Seus livros sobre Nelson Rodrigues e Garrincha são famosos.
- (C) Grande parte da produção jornalística de Ruy Castro foi eternizada em livros, os quais são elogiados pelos críticos.
- (D) Em seu livro *Chega de Saudade*, Ruy Castro conclui uma reconstituição histórica do período da Bossa Nova no Brasil.
- (E) Ruy Castro fala de seus hábitos como jornalista desde a época em que redigia os textos à máquina de escrever.

### 3. FCC - Tec Inst (SANASA)/SANASA/Automação de Processos/2019

Assunto: Acentuação

Diversos países estão propondo alternativas para enfrentar o problema da poluição oceânica, mas, até o momento, não tomaram quaisquer medidas concretas. A organização holandesa The Ocean Cleanup resolveu dar um passo à frente e assumir a missão de combater a poluição oceânica nos próximos anos.

A organização desenvolveu uma tecnologia para erradicar os plásticos que poluem os mares do planeta e pretende começar a limpar o Great Pacific Garbage Patch (a maior coleção de detritos marinhos do mundo), no Oceano Pacífico Norte, utilizando seu sistema de limpeza recentemente redesenhado.

Em resumo, a ideia principal do projeto é deixar as correntes oceânicas fazer todo o trabalho. Uma rede de telas em forma de “U” coletaria o plástico flutuante até um ponto central. O plástico concentrado poderia, então, ser extraído e enviado à costa marítima para fins de reciclagem.

*(Texto adaptado. Disponível em. <https://futuroexponencial.com>)*

Em resumo, a ideia principal do projeto é deixar as correntes oceânicas fazer todo o trabalho.

O conteúdo da frase acima está preservado nesta outra redação, respeitando-se as regras de ortografia e acentuação.

- (A) Em síntese, a ideia principal do projeto equivale a deixar que as correntes oceânicas furem-se a quaisquer trabalhos.
- (B) Para sintetizar, a ideia principal do projeto tem haver com deixar que as correntes oceânicas executem o trabalho integralmente.
- (C) De modo sucinto, a ideia principal do projeto está em deixar que as correntes oceânicas desempenhem qualquer trabalho.
- (D) Em poucas palavras, a ideia principal do projeto consiste em deixar que as correntes oceânicas realizem o trabalho completo.
- (E) Sem mais delongas, a ideia principal do projeto assemelha-se a deixar que as correntes oceânicas desempenhem hesitosamente o trabalho.

4. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

Assunto: Adjetivo

Atenção: Considere o texto abaixo para responder à questão.

1. Neide Gondim faz parte da primeira geração de pensadores da Universidade Federal do Amazonas empenhados em pensar a Amazônia em um movimento inverso do que, costumeiramente, é feito, ou seja, de dentro para fora. Sua obra reflete sobre o que pensavam os europeus que chegaram até a Amazônia pela primeira vez no século 16. Esses conquistadores ganharam a vez de contar a história e o fizeram do ponto de vista de onde partiram.

2. Em livros como "A invenção da Amazônia", Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento, que veio a fundar uma tradição estética sobre a Amazônia, em que predomina o paradoxal, o hiperbólico, o contraditório, o infernal e o paradisíaco. A autora redesenha o pensamento europeu dos homens que se atiraram ao mar em busca de comprovar as teorias especulativas sobre o mundo medieval. Ela identifica em sua bagagem duas lúpas iluminadas pelo imaginário fantástico: as escrituras bíblicas e o Oriente conhecido por meio de livros e relatos de viagens.

3. É por meio dessa literatura, que serve até hoje de documento histórico, que Neide Gondim vai trançando as imagens que se projetaram sobre o país das Amazonas nas Américas e, desse modo, descortina as representações europeias sobre a região que hoje conhecemos como Amazônia.

4. A autora identifica uma obsessão do europeu medieval: encontrar o paraíso sobre a terra, longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.

5. Quando se aventuraram mais adentro das Américas, os europeus pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras Amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.

6. O primeiro relato data de 1542, do cronista Gaspar de Carvajal, que acompanhava Francisco de Orellana na primeira descida pelo rio, vindo do Peru em direção ao Atlântico. Neide Gondim identifica os mesmos recursos utilizados por Marco Polo ao falar sobre o Oriente nas descrições de Carvajal. Carvajal afirma ter guerreado com as Amazonas; dá a localização do Rio de Ouro que levaria até Manoa, a capital de ouro das Amazonas; ao mesmo tempo, descreve o curso dos rios com precisão de navegador.

7. Muitas teorias floresceram durante os séculos seguintes na tentativa de explicar toda a novidade encontrada nas Américas. Darwin colocou as gentes da Amazônia na primeira idade evolutiva da humanidade; a Amazônia seria como um grande museu natural. O determinismo de Buffon afirmava que essas gentes não conseguiram evoluir

em consequência do clima quente. Montaigne via na ausência do rei a evolução paradisíaca para onde o europeu deveria seguir. Locke via na ausência do Estado a causa da degeneração daquelas gentes.

8. Tais ideias se difundiram por meio da ciência, da filosofia, das letras. Seus traços fantásticos são revestidos de verdade científica a partir do argumento de autoridade. Essas ideias estigmatizaram as gentes da Amazônia como primitivos, indolentes, infantis e bestializados. Estigmatizaram também a floresta como uma entidade fantástica distante e desconhecida no imaginário mundial.

9. Para Neide Gondim, a representação hiperbólica da Amazônia é uma tentação de que quase ninguém escapa. Para a autora, essa representação edênica começou no imaginário medieval sobre o incompreensível Oriente e a desconhecida América. Toda essa trança imaginária é apresentada com muita leveza e habilidade na obra de Neide Gondim.

(Adaptado de. DASSUEM, Nogueira. Disponível em. [www.amazonamazonia.com.br](http://www.amazonamazonia.com.br))

O adjetivo que, no contexto, está empregado como substantivo encontra-se no trecho.

- (A) Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia. (5º parágrafo)
- (B) a representação hiperbólica da Amazônia. (9º parágrafo)
- (C) pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. (5º parágrafo)
- (D) Ela identifica em sua bagagem duas lúpas iluminadas pelo imaginário fantástico. (2º parágrafo)
- (E) em que predomina o paradoxal. (2º parágrafo)

5. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Apoio Especializado/Enfermagem do Trabalho/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Minha primeira tentativa de ler Dom Quixote de la Mancha, de Miguel de Cervantes, foi um fracasso. Eu ainda estava na escola e me confundia com as frases longas e as palavras antigas. Acabei desistindo.

Anos depois, li do começo ao fim, desfrutando cada página da história daquela dupla inusitada. O cavaleiro idealista determinado a transformar a realidade para que se assemelhe à de seus livros e seus sonhos; e o escudeiro pragmático que tenta manter seu mestre na dura realidade para que ele não se perca nas nuvens da fantasia.

Tudo é deslumbrante nesse livro, que simboliza melhor do que qualquer outro a infinita variedade da língua espanhola para expressar a condição humana com todas

# DIREITO DO TRABALHO

## DIREITO DO TRABALHO

1.FCC - 2016 - TRT 20/ADMINISTRATIVA - TJ TRT20  
Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Considere:

I.A obrigação de comprovar o término do contrato de trabalho quando negado o despedimento é do empregador.

II.A descaracterização de um contrato de prestação de serviços de trabalhador sob sistema de cooperativa, desde que presentes os requisitos fático-jurídicos da relação empregatícia.

III.As cláusulas regulamentares que alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a alteração do regulamento.

Os itens I, II e III correspondem, respectivamente, aos princípios do Direito do Trabalho:

(A) continuidade da relação de emprego; irrenunciabilidade; razoabilidade.

(B) razoabilidade; primazia da realidade; intangibilidade salarial.

(C) continuidade da relação de emprego; primazia da realidade; condição mais benéfica.

(D) primazia da realidade; condição mais benéfica; instrumentalidade das formas.

(E) irrenunciabilidade; continuidade da relação de emprego; prevalência do negociado sobre o legislado.

2.FCC - 2016 - TRT 20/ADMINISTRATIVA - TJ TRT20  
Assunto: Direitos constitucionais trabalhistas

Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais inseridos no artigo 7º da Constituição Federal do Brasil de 1988, com objetivo de garantir e aprimorar a sua condição social, está

(A) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.

(B) o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

(C) o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos, salvo determinação diversa ajustada em convenção coletiva de trabalho em razão da especificidade da atividade.

(D) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada a remuneração e, obrigatoriamente, na gestão das empresas com mais de duzentos empregados.

(E) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

3.FCC - 2018 - TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT6

Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo

(A) direito comparado.

(B) jurisprudência.

(C) analogia.

(D) usos e costumes.

(E) convenção coletiva de trabalho.

4.FCC - 2018 - TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT15

Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

No Direito do Trabalho, as sentenças normativas da Justiça do Trabalho, os costumes e a Convenção Coletiva de Trabalho são classificados, respectivamente, como fontes:

(A) formal autônoma, material heterônima e formal autônoma.

(B) material autônoma, formal heterônima e formal autônoma.

(C) formal autônoma, material heterônima e material heterônima.

(D) material heterônima, formal autônoma e material heterônima.

(E) formal heterônima, formal autônoma e formal autônoma.

5.FCC - 2016 - TRT 14/ADMINISTRATIVA - TJ TRT14  
Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

A doutrina dominante classifica como fontes formais autônomas do Direito do Trabalho:

- (A) a Constituição Federal e as Medidas Provisórias.
- (B) as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- (C) os fatos sociais e políticos que contribuíram para formação e a substância das normas jurídicas trabalhistas.
- (D) os acordos coletivos de trabalho e as convenções coletivas de trabalho.
- (E) as greves de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho.

6.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT4  
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

- (A) subordinação.
- (B) remuneração mensal.
- (C) continuidade.
- (D) onerosidade.
- (E) previsibilidade.

7.FCC - 2018 - TRT 6/ADMIN/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT6  
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

- (A) exclusividade.
- (B) ausência de onerosidade.
- (C) subordinação jurídica.
- (D) boa-fé contratual objetiva.
- (E) autonomia privada coletiva.

8.FCC - 2018 - TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT15  
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Cícero é policial militar e cumpre escala 12 × 36 horas no seu batalhão. Nas folgas, presta serviço como segurança de um supermercado, recebendo ordens do gerente e um valor fixo mensal, não podendo se fazer substituir no desempenho de suas funções. Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do TST,

(A) Cícero poderá ter o vínculo de emprego reconhecido, desde que presentes os requisitos legais, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

(B) haverá a imediata exoneração de Cícero de suas funções como policial militar, não ocorrendo também o reconhecimento do vínculo de emprego.

(C) Cícero não poderá ter o vínculo empregatício reconhecido, mesmo que presentes os requisitos legais, por ser servidor público militar, o que impede o contrato de emprego com empresa privada.

(D) trata-se de trabalho proibido, portanto, não gera vínculo empregatício, além de Cícero vir a sofrer penalidade administrativa prevista no Estatuto do Policial Militar.

(E) Cícero poderá ter o vínculo de emprego reconhecido, desde que presentes os requisitos legais, ficando impedida a Administração pública, neste caso, de aplicar penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

9.FCC - 2018 - TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT6  
Assunto: Características (contrato de trabalho)

O liame que se estabelece entre o empregador e seu empregado possui natureza jurídica contratual. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o contrato individual de trabalho e os sujeitos que o compõem,

(A) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante pagamento de valor fixo mensal.

(B) diante do princípio da tutela ao trabalhador a lei prevê que o contrato somente será válido se for acordado expressamente e por escrito.

(C) para configuração do contrato de trabalho distingue-se entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, ainda que presentes os pressupostos da relação de emprego.

(D) para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade.

(E) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de um ano, admitindo-se, dentro deste prazo, até duas prorrogações, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.FCC - 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas. Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

(A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.

(B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.

(C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.

(D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.

(E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

2.FCC - 2019 - PREF RECIFE - AGA (PREF RECIFE)

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

No curso da evolução histórica da abordagem relativa às funções do administrador emerge, com os estudos de Koontz e O'Donnell, a importância da atividade de coordenação, a qual apresenta, como um de seus mecanismos,

(A) o denominado ajuste espontâneo, que se opera a partir de comunicações entre os que são responsáveis por determinadas atividades, sem envolver, necessariamente, subordinação.

(B) a cadeia escalar, que representa a padronização de atividades a partir do cumprimento de etapas estabelecidas de forma concatenada.

(C) a autoridade de linha, que não envolve o cumprimento de ordens emitidas por superiores hierárquicos, mas apenas ajustes em relação ao que foi previamente estabelecido na etapa de planejamento.

(D) a denominada função de staff, que se opera com a centralização de ordens e medidas repressivas, próprias da atividade de coordenação.

(E) o efeito de Pareto, que gera uma ressonância em toda a organização, a partir de medidas centralizadas de coordenação, evitando redundâncias.

3.FCC - 2019 - PREF RECIFE - APOG (PREF RECIFE)

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação é uma das atividades próprias do administrador no âmbito da estrutura organizacional. Nesse contexto, o fenômeno denominado "ajuste espontâneo"

(A) está presente apenas em organizações pouco estruturadas, pois, dado o seu caráter informal e empírico, substitui as etapas de direção e comunicação existentes nas organizações formais.

(B) é próprio da atividade de controle e não propriamente de coordenação, sendo utilizado para realinhar a atuação dos membros da organização aos objetivos estratégicos desta.

(C) é apontado pela literatura como um desvio na função de coordenação, na medida em que afasta a comunicação e a direção.

(D) se dá pela comunicação formal ou informal, entre os que são responsáveis pelas atividades na organização, situando-se no âmbito da contribuição voluntária entre eles.

(E) consiste na função de comando exercida pelo gestor sobre todos aqueles que lhe são subordinados, por meio de comandos diretos aos quais estes devem se ajustar obrigatoriamente.

4.FCC - 2022 - PREF RECIFE - AGAAS (PREF RECIFE)

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada



Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

5.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - AJ TRT4

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

(A) avaliação por resultados e participação nos lucros.  
(B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.

(C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.

(D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.

(E) participação nos lucros.

6.FCC - 2021 - TJ SC/ADMINISTRATIVO - ANA (TJ SC)

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

(A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.

(B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.

(C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.

(D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.

(E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

7.FCC - 2022 - TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE" - TJ TRT4

Assunto: Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico dos órgãos públicos

(A) se concentra nos problemas que a organização experimenta diuturnamente.

(B) busca a superação de objetivos imediatos.

(C) é caracterizado por um regime em que as metas não são fixas.

(D) parte de uma identificação sistemática de pontos fortes e fracos.

(E) procura identificar, internamente na organização, quais são as ameaças e quais são as oportunidades.

8.FCC - 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Planejamento Estratégico



# LEGISLAÇÃO

## LEGISLAÇÃO

### 1. FCC - TJ TRT6/TRT 6/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018

A Lei nº 8.112/1990 estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos

(A) Civis e Militares da União e de suas autarquias, excluídas as de regime especial, e das fundações, públicas, federais e privadas.

(B) Federais, da Administração pública direta, não abrangendo os servidores públicos da Administração indireta, mesmo que autárquica.

(C) Civis e Militares da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.

(D) Civis da União, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações públicas federais.

(E) Federais, da Administração pública direta e indireta, abrangendo os empregados das empresas estatais e fundações públicas.

### 2. FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/Segurança/2018

A Administração pública federal relaciona-se com seu pessoal por meio de distintos regimes, dentre os quais o estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, que é aplicável

(A) ao servidor civil da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional pública, investido em cargo público.

(B) aos empregados públicos e servidores da Administração pública federal direta e indireta, inclusive o temporário.

(C) ao servidor civil e militar, investido ou não em cargo público, desde que vinculado à Administração pública direta federal.

(D) ao servidor civil, empregado público, titular de cargo em comissão e temporário das pessoas jurídicas de direito público federal, em razão do regime jurídico único.

(E) a todos os servidores federais civis e aos servidores civis dos demais entes federativos e pessoas jurídicas de direito público a eles vinculadas, em razão do princípio federativo.

### 3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Apoio Especializado/Enfermagem do Trabalho/2022

Considere os seguintes itens.

I. Assinatura do respectivo termo.

II. Publicação do ato de provimento.

III. Provimento de cargo por nomeação.

IV. Prévia inspeção médica oficial.

V. Procuração específica.

Consoante o disposto na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é condição para a ocorrência da posse, em qualquer caso, o contido em

(A) I, II e IV, apenas.

(B) III, IV e V, apenas.

(C) I, II, III, IV e V.

(D) I, II, III e IV, apenas.

(E) I, II e V, apenas.

### 4. FCC - TJ TRT19/TRT 19/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2022

Débora, servidora pública federal, atuava como enfermeira na rede pública, quando foi aposentada por invalidez, em decorrência de problemas de saúde em sua coluna e joelhos que a incapacitavam para o trabalho. Tempos depois, Débora se submeteu a uma nova perícia, na qual a junta médica oficial constatou que ela "no momento não é portadora de limitação funcional", "apresentando excelente saúde física e mental" e, ainda, "que está apta ao exercício de sua profissão".

Nesse caso, poderá ocorrer a

(A) readaptação da servidora.

(B) reversão da aposentadoria.

(C) promoção na carreira.

(D) reintegração ao serviço.

(E) recondução ao cargo.

### 5. FCC - Tec Faz (Manaus)/Pref Manaus/2019

Diante de uma decisão de reintegração de determinado servidor ao cargo que anteriormente ocupava, aquele

(A) será necessariamente colocado em disponibilidade se o cargo anterior estiver sendo ocupado por outro servidor.

(B) passará a ocupar cargo imediatamente superior ao que ocupava, no caso de extinção deste ou se tiver sido provido por terceiro.

(C) será automaticamente colocado em disponibilidade ou no quadro de cargos em extinção.

(D) pode ser reintegrado no cargo resultante da transformação do anteriormente ocupado, caso tenha se operado essa alteração.

(E) passará a ocupar exatamente o mesmo cargo anterior, por direito subjetivo, ainda que tivesse sido extinto, cabendo exoneração do servidor que estivesse ocupando referido cargo no momento da reintegração.

#### 6. FCC - AssT (DETRAN M(A)/DETRAN MA/2018

O acesso aos cargos públicos efetivos depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. O servidor estável, ocupante de cargo efetivo, uma vez demitido,

(A) poderá submeter-se a novo concurso público para ingresso no antigo cargo que ocupava, dispensado o cumprimento de estágio probatório.

(B) será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, caso demonstre judicialmente a nulidade da decisão que o demitiu.

(C) não poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado, pois, ainda que reconduzido ou reintegrado, deverá ser investido em novo cargo, para exercer funções distintas.

(D) será ressarcido de todas as vantagens inerentes ao cargo que ocupava, apenas se obtiver a invalidação da demissão pela via judicial, tendo em vista que administrativamente não é possível restabelecer o vínculo funcional extinto.

(E) poderá ser reintegrado ao cargo, caso fique demonstrada e seja decidida, em sede de processo administrativo ou judicial, a nulidade da decisão de demissão.

#### 7. FCC - TJ TRT6/TRT 6/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018

Aprovado em concurso público para provimento de cargo junto à Autarquia federal W, João não chegou a ser investido, pois não apresentou o diploma universitário exigido, nos termos da Lei e do edital, para comprovar, no momento da posse, o nível de escolaridade mínimo necessário para o exercício do referido cargo. Inconformado, recorreu ao judiciário. A ação deve ser julgada

(A) procedente, pois a aprovação em concurso público gera direito adquirido à nomeação e dispensa a comprovação de outros requisitos para investidura.

(B) procedente, pois a comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo deve ser feita no momento da inscrição no concurso, sob pena de preclusão consumativa.

(C) improcedente, pois João não preencheu requisito básico para investidura no cargo, a despeito de sua aprovação em concurso público.

(D) improcedente apenas se João tiver sido aprovado fora do número de vagas disponibilizadas no edital, hipótese em que não há direito subjetivo à nomeação.

(E) improcedente, pois João não tem habilitação legal para o exercício do cargo para o qual foi aprovado em concurso público, mas a Administração poderá nomeá-lo para exercer cargo diverso, com requisito menor de escolaridade, em razão do princípio da eficiência.

#### 8. FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/Segurança/2018

Os cargos públicos vagos são preenchidos na Administração pública federal por meio de ato denominado provimento,

(A) que tanto pode ser originário como derivado, nas formas nomeação, promoção, ascensão e transferência, estas duas últimas aplicáveis aos cargos em comissão.

(B) que, em razão do princípio constitucional do acesso aos cargos por concurso público, somente pode ser originário, na forma nomeação, não mais subsistindo o provimento derivado.

(C) que pode ser originário ou derivado, sendo formas destes, respectivamente, a nomeação e a promoção.

(D) que ocorre tanto para os cargos efetivos como para os cargos em comissão, sendo obrigatoriamente originário para os cargos efetivos e derivado para os em comissão.

(E) cujas formas ascensão, transferência e promoção são ínsitas ao sistema de provimento em carreira e, por essa razão, possibilitam regularmente o ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso.

#### 9. FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/Segurança/2018

Considere hipoteticamente que José, servidor público federal estável, cujo vínculo é regido pela Lei nº 8.112/1990, tenha sido demitido após regular processo administrativo. Inconformado com a decisão, apresentou recurso administrativo, que foi desprovido. Recorreu ao Poder Judiciário pleiteando a anulação do

# RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO

## RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO

1.FCC – 2022 - TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO - TJ TRT4

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Um terreno foi dividido entre quatro irmãos, Ana, Bento, Carla e Daniel. Ana ficou com metade do terreno; Bento ficou com um terço do terreno; Carla ficou com um sétimo do terreno e Daniel ficou com 500 m<sup>2</sup>. A área total do terreno, antes da divisão, era de:

- (A) 21.000 m<sup>2</sup>
- (B) 20.000 m<sup>2</sup>
- (C) 25.000 m<sup>2</sup>
- (D) 18.000 m<sup>2</sup>
- (E) 15.000 m<sup>2</sup>

2.FCC – 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Marina e Paula trabalham o mesmo número de horas diárias em um escritório. Na segunda-feira, Marina usou  $\frac{3}{5}$  das horas de trabalho para arquivar processos. Nesse mesmo dia, Paula usou, ininterruptamente,  $\frac{2}{3}$  das horas que Marina usou arquivando processos para conferir o trabalho realizado por Marina. Se Paula começou o trabalho de conferência às 8h40 e terminou às 11h16, então, cada uma dessas funcionárias trabalha diariamente nesse escritório um total de

- (A) 7 horas e 40 minutos.
- (B) 7 horas e 20 minutos.
- (C) 6 horas e 40 minutos.
- (D) 6 horas e 30 minutos.
- (E) 6 horas e 20 minutos.

3.FCC – 2019 - PREF RECIFE - ASSGP (PREF RECIFE)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Antônio, Bernardo e Carlos adquiriram um terreno em sociedade de modo que a Antônio coube  $\frac{1}{4}$  do valor do terreno, a Bernardo,  $\frac{1}{3}$  e a Carlos, o restante. Antônio vendeu sua parte aos outros dois sócios, metade a cada um deles. Após essa transação, a parte que cabe a Carlos corresponde a

- (A)  $\frac{3}{5}$  do valor do terreno.

- (B)  $\frac{7}{12}$  do valor do terreno.
- (C)  $\frac{5}{8}$  do valor do terreno.
- (D)  $\frac{2}{3}$  do valor do terreno.
- (E)  $\frac{13}{24}$  do valor do terreno.

4.FCC – 2019 - PREF RECIFE - ASSGP (PREF RECIFE)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Um reservatório de água tem  $\frac{1}{5}$  de sua capacidade ocupada. Após a adição de 32.400 litros de água, o reservatório ficou com  $\frac{7}{8}$  de sua capacidade ocupada. A capacidade, em litros, do reservatório é de

- (A) 37.000.
- (B) 48.000.
- (C) 25.920.
- (D) 40.500.
- (E) 23.350.

5.FCC – 2019 - AFAP - ASS ADM FOM (AFAP)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

A rodovia que liga a cidade A à cidade B possui duas saídas: uma para a cidade C e mais a frente uma para a cidade D. A saída para a cidade C está situada a  $\frac{1}{5}$  de toda rodovia medido a partir do ponto de partida na cidade A. Viajando mais 27 km pela rodovia em sentido da cidade B, encontramos a segunda saída que é a que vai para a cidade D. O trecho da segunda saída até o final da rodovia corresponde a  $\frac{13}{20}$  de toda a rodovia. Logo a fração que corresponde ao trecho entre a primeira e a segunda saída e o percurso total da rodovia, em quilômetros, é

- (A)  $\frac{17}{20}$  e 180.
- (B)  $\frac{3}{20}$  e 200.
- (C)  $\frac{14}{25}$  e 99.
- (D)  $\frac{3}{20}$  e 180.

6.FCC – 2019 - BANRISUL - ESC (BANRISUL)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Considere os dados, abaixo

$$x = \frac{7}{9}, \quad y = \frac{16}{21} \text{ e } z = \frac{11}{14}$$

É correto afirmar que

- (A)  $y < x < z$ .

- (B)  $z < x < y$ .
- (C)  $y < z < x$ .
- (D)  $z < y < x$ .
- (E)  $x < z < y$ .

7.FCC – 2019 - SABESP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
- AP (SABESP)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Ao se somar 0,23 com a fração  $x/y$ ,  $x$  e  $y$  inteiros positivos, obtém-se um número inteiro. Os números  $x$  e  $y$  são, necessária e respectivamente,

- (A) múltiplo de 7 e múltiplo de 10.
- (B) divisor de 7 e divisor de 10.
- (C) número com algarismo das unidades igual a 7 e número múltiplo de 10.
- (D) número com algarismo das dezenas igual a 2 ou 3 e número múltiplo de 5.
- (E) número com algarismo das centenas igual a 1 e número divisor de 50.

8.FCC – 2019 - SABESP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
- AP (SABESP)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Um armazém possui 400 caixas de garrafas, cada caixa com 15 garrafas, sendo que dois terços das garrafas são de água mineral e as demais são de suco de uva. Dois quintos das garrafas de água são de 1,5 L, e um quinto das garrafas de suco são de 1,5 L. O total de garrafas de 1,5 L nesse armazém é

- (A) 2.000.
- (B) 2.700.
- (C) 3.900.
- (D) 3.600.
- (E) 3.200.

9.FCC – 2019 - PREF RECIFE - ASSGP (PREF RECIFE)  
Assunto: Operações com números decimais

Para uma festa infantil, calculou-se serem necessários 600 ml de suco por criança e 200 ml de água por criança. Se o litro de suco custa R\$ 5,00 e a garrafa de 1,5 litro de água custa R\$ 2,30, para uma festa com 60 crianças, o custo, em reais, dessas bebidas será de

- (A) 198,40.
- (B) 240,00.
- (C) 73,60.
- (D) 207,60.
- (E) 110,40.

10.FCC – 2019 - TRF 4/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA E TRANSPORTE - TJ TRF4

Assunto: Operações com números decimais

Célia possui 8 gatos. Ela gasta 2 latas inteiras mais  $1/4$  de lata de comida para cada 4 gatos por dia. O número de latas que Célia deve comprar para alimentar todos os seus gatos por 30 dias é

- (A) 68
- (B) 135
- (C) 75
- (D) 128
- (E) 150

11.FCC – 2021 - MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA - TP (MANAUSPREV)

Assunto: Porcentagem

O fluxo turístico dos países do MERCOSUL cresce a cada ano. Brasil é o país que recebe mais visitantes entre os sócios do bloco. Em 2014, hospedou 6,4 milhões de visitantes. No mesmo período, Argentina recebeu 5,57 milhões de turistas; Uruguai, 2,81 milhões; Venezuela, 1,08 milhões; e Paraguai, 610 mil.

(Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br>)

De acordo com essas informações, do total de visitantes em 2014 nos cinco países citados, a porcentagem correspondente à Venezuela e Paraguai, juntos, é de, aproximadamente,

- (A) 6,6%.
- (B) 10,9%.
- (C) 8,4%.
- (D) 10,3%.
- (E) 6,8%.

12.FCC – 2020 - ALAP/ATIVIDADE ADMIN E OPERAC/ASSISTENTE - ASS LEG (ALAP)/ ADMIN

Assunto: Porcentagem

Em uma mistura de água e óleo, o óleo corresponde a 20% do volume. Se 25% da água na mistura evaporar, o volume de óleo passará a corresponder, em porcentagem, a

- (A) 24
- (B) 30
- (C) 25
- (D) 32
- (E) 40

13.FCC – 2020 - ALAP/ATIV ADMIN E OPERAC/ASSIST DE OPERAC TÉCN - ASS LEG (ALAP)

Assunto: Porcentagem

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FCC - ED SOC (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende. Para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desiguais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de. FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". Novos Estudos Jurídicos, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

### 2. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considere os seguintes itens.

- I. a soberania.
- II. a plenitude de defesa.
- III. o pluralismo político.
- IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

### 3. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil.

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

### 4. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios.

- I. pluralismo político.
  - II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.
  - III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
  - IV. independência nacional.
  - V. concessão de asilo político.
- Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

### 5. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República.

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.



(C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

(D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

#### 6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Constantino estava regando as plantas no jardim de sua moradia, em uma manhã de domingo, quando começou a passar mal. Rafael, que transitava na frente do imóvel, assistiu à cena e imediatamente adentrou na casa para prestar socorro a Constantino. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Rafael

(A) não agiu corretamente, pois apenas em caso de desastre é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

(B) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

(C) não agiu corretamente, pois apenas em caso de flagrante delito é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

(D) agiu corretamente, pois é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador para prestar socorro.

(E) não agiu corretamente, pois, durante o dia, apenas por determinação judicial é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.

#### 7. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um grupo liderado por Saulo pretende reunir-se em uma praça aberta ao público para se manifestar a respeito de uma questão que entende ser de interesse de toda a população. De acordo com a Constituição Federal, essa reunião poderá acontecer pacificamente,

(A) sem armas, independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

(B) sem armas, desde que haja autorização da autoridade competente.

(C) sem armas, independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(D) sem armas, não sendo exigidos autorização e prévio aviso à autoridade competente, independentemente de frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, pois o direito à reunião é um direito fundamental de todos.

(E) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, inclusive sobre o uso de armas, para que o direito à segurança seja garantido.

#### 8. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Nicolas tem 14 anos de idade e está buscando seu primeiro emprego. Em conformidade com a Constituição Federal, Nicolas

(A) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, diurno ou noturno, sendo, porém, proibido o trabalho perigoso ou insalubre.

(B) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, sendo, porém, proibido o trabalho noturno.

(C) está proibido de trabalhar, salvo na condição de aprendiz.

(D) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 16 anos de idade.

(E) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 18 anos de idade.

#### 9. FCC - AG SUP (SEDU ES)/SEDU ES/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O princípio da legalidade previsto no art. 5º da Constituição da República corresponde à regra de que

(A) todos os cidadãos se submetem à lei sem distinção e privilégio, dependendo as exceções de expressa previsão legal.

(B) a República Federativa do Brasil se rege segundo as leis votadas pelo Congresso Nacional, de acordo com o processo legislativo.

(C) no Estado Democrático de Direito a vontade do governante é submetida à vontade do Poder Legislativo expressa por meio de leis.

(D) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(E) o ordenamento jurídico nacional, por meio de sua legislação penal, punirá os atos que se desviem da legalidade.



# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FCC - TGP (SPPREV)/SPPREV/2019

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios.

No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas,

(A) os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepõem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.

(B) as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.

(C) inexistente hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.

(D) os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.

(E) a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

### 2. FCC - AGAAS (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

(A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.

(B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.

(C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.

(D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.

(E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

### 3. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

(A) eficiência.

(B) publicidade.

(C) proporcionalidade.

(D) presunção de legitimidade.

(E) supremacia do interesse público.

### 4. FCC - TEC FAZ (MANAUS)/PREF MANAUS/2019

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os princípios da eficiência e da moralidade, que regem a atuação da Administração pública,

(A) admitem interpretação que sobreponha seu conteúdo e hierarquia ao de norma jurídica prevista em lei formal, dada sua capacidade de atualização e ajuste ao caso concreto.

(B) não são passíveis de serem objeto de controle por órgãos externos, dado seu conteúdo fluido e desprovido de elementos concretos e tutela formal em lei.

(C) se sobrepõem aos demais princípios administrativos explícitos e implícitos, em razão do conteúdo de interesse público transversal que expressam.

(D) não impedem o exercício do controle pelo Tribunal de Contas, ao qual também é dado inferir conteúdo de economicidade aos atos e contratos administrativos.

(E) afastam a possibilidade de controle judicial quando tiverem sido o fundamento da edição de atos e celebração de contratos administrativos.

5. FCC - AG ADM (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

O regime jurídico imposto à Administração pública a submete a princípios e regras. No que se refere à obrigatoriedade de observância,

(A) os princípios possuem hierarquia superior às regras constantes da legislação, sobrepondo-se, portanto, a elas.

(B) a Administração indireta se submete apenas às regras constantes da legislação, não se lhes aplicando os princípios que regem a Administração direta.

(C) as regras legais podem ser afastadas se a Administração pública demonstrar que essa conduta melhor atenderá ao princípio da eficiência.

(D) o conteúdo dos princípios pode ser identificado em inúmeras regras legais, a exemplo da obrigatoriedade de realizar procedimento licitatório para garantia da impessoalidade entre os interessados.

(E) o princípio da legalidade é hierarquicamente superior aos demais princípios, porque obriga a Administração pública a agir nos termos da lei.

6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

(A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.

(B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.

(C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.

(D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.

(E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

7. FCC - TJ TRF4/TRF 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2019

Assunto: Conceito de atos administrativos

Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,

(A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.

(B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.

(C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.

(D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.

(E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.

8. FCC - TEC LEG (ALES(E)/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018

Assunto: Conceito de atos administrativos

Considere.

I. Constituem exemplos de fatos administrativos a apreensão de mercadorias, a desapropriação de bens privados, a requisição de serviços ou bens privados, dentre outros.

II. A expressão fato jurídico é sinônima de fato administrativo, pois ambos englobam também os fatos simples, ou seja, aqueles que não repercutem na esfera de direitos, mas estampam evento material ocorrido no seio da Administração.

III. Fatos administrativos naturais são aqueles que se originam de fenômenos da natureza, cujos efeitos se refletem na órbita administrativa.

No que concerne aos fatos administrativos, está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e III, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I, apenas.